

X Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação

Eixo 6: Políticas curriculares, qualidade da educação e gestão pedagógica

**FORMAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL COM FOCO NO
PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NA PANDEMIA: QUAL O
LEGADO?**

Camila Campos Tinoco Fattori

*Mestranda em Políticas Educacionais (UFABC) - Comunidade Educativa CEDAC -
Brasil*

camila.fattori@comunidadeeducativa.org.br

Roberta Leite Panico

*Mestre em Educação (PUC-SP) – Comunidade Educativa CEDAC – Brasil
roberta.panico@comunidadeeducativa.org.br*

Resumo

O artigo analisa a formação de gestores educacionais no Brasil durante o período pandêmico, com foco no apoio à sua atuação diante dos desafios impostos pela Covid-19 na educação, buscando compreender como essas aprendizagens se relacionam a três eixos do enfrentamento recomendados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco): prontidão do sistema; continuidade da aprendizagem; e resiliência do sistema. Este último tem a ver com o legado das aprendizagens da crise para o futuro planejamento educacional. Para tecer essas reflexões, além das observações provenientes da prática das autoras, o artigo dialogará com as normativas do Conselho Nacional de Educação (CNE) que guiaram a política educacional brasileira no período e com os resultados de pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) sobre a resposta educacional das redes do país. O estudo gera apontamentos sobre o reconhecimento de aprendizagens da gestão educacional que podem favorecer a implementação das políticas educacionais, para além dos contextos de crise.

Palavras-chave: Política educacional; Gestão educacional; Pandemia.

A pandemia da Covid-19 colocou todas as políticas públicas à prova, e não foi diferente para as políticas educacionais. A identificação do primeiro caso na China, em dezembro de 2019, e a declaração de emergência de saúde pública internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em janeiro de 2020, implicaram a paralisação gradual das atividades presenciais nas escolas de todo o mundo, a fim de favorecer o distanciamento social necessário à garantia da vida (OPAS BRASIL, 2020).

Isso impôs aos gestores da educação a obrigação de tomar muitas decisões importantes de forma bastante rápida e sem parâmetros similares. Outras pandemias já haviam acometido a humanidade, como as que ficaram conhecidas como a peste e a gripe espanhola. Mas o mundo e o cenário da educação eram então bem diferentes, de forma que a Covid-19 ao chegar encontrou boa parte da população mundial em idade escolar, dentro da escola.

A pandemia atinge o mundo inteiro, mas não atinge todo mundo da mesma forma. Como diz Maringoni (2021), *“o caos sanitário é seletivo. Tem como alvo prioritário pobres, periféricos e prejudicados de sempre”* (2021, p. 30). Diante dela, ampliam-se as desigualdades já existentes em todos os âmbitos e também as desigualdades de oportunidades educacionais. Diante de tamanho desafio, diferentes setores sociais e instituições organizaram-se em favor da continuidade do ensino, da forma possível. Dentre as agências internacionais que publicaram orientações, encontra-se a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, cuja nota informativa nº 7.1, de abril de 2020, sistematizou três agrupamentos de recomendações:

Embora reconheçam que a situação varia em diferentes contextos geográficos, socioculturais e econômicos, entre outros, as estratégias a serem consideradas em relação à reabertura das escolas estão agrupadas em três áreas gerais, a fim de avaliar e assegurar a:

1. Prontidão do sistema – avaliar a disponibilidade de pessoas, infraestrutura, recursos e capacidade de retomar as funções;
2. Continuidade da aprendizagem – assegurar que a aprendizagem seja retomada e continue da forma mais harmoniosa possível após a interrupção;
3. Resiliência do sistema – construir e reforçar a preparação do sistema educacional para antecipar, responder e mitigar os efeitos das crises atuais e futuras (UNESCO, 2020).

O artigo apresentado por meio deste resumo tem como objetivo relatar a experiência da Comunidade Educativa CEDAC, uma organização da sociedade civil brasileira que, junto com seus parceiros técnicos, implementou no período da pandemia formações com Secretarias Municipais de Educação de todas as regiões do país com foco nos dois primeiros pontos destacados acima – prontidão do sistema e

continuidade da aprendizagem. Busca-se ainda compreender como tal formação, que reflete no planejamento educacional das Secretarias, pode colaborar para o terceiro ponto: a resiliência do sistema. O artigo questiona: Em que medida as aprendizagens da gestão educacional podem favorecer o enfrentamento de futuros desafios na política educacional brasileira? Qual é o legado desse trabalho formativo para o pós-pandemia?

Para tecer seus argumentos, o artigo constrói relações entre três importantes subsídios. O primeiro são observações provenientes da prática das autoras na formação com mais de 900 redes municipais no período. Tais formações, implementadas em parceria com o Itaú Social, ocorreram entre 2020 e 2022, por meio de atividades síncronas e assíncronas remotas, e foram direcionadas às equipes técnicas pedagógicas de Secretarias Municipais de Educação. As temáticas foram selecionadas, dentro da dimensão da gestão pedagógica, segundo as necessidades dessas redes educacionais em cada momento, envolvendo temas como a organização das atividades pedagógicas não presenciais, o acolhimento da comunidade escolar, flexibilização curricular, retomada das atividades presenciais com equidade e a recuperação de aprendizagens. As estratégias formativas e os conteúdos foram constantemente adaptados às necessidades, privilegiando-se a escuta aos gestores.

O segundo subsídio consiste do conjunto de normativas que guiaram a resposta educacional brasileira à Covid-19. Elas nortearam a produção dos materiais formativos da experiência citada e também serão úteis para esta análise. Trata-se principalmente dos pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE), já que, diante da descoordenação intergovernamental do período (ABRUCIO et al, 2020), o CNE foi protagonista na orientação das redes educacionais brasileiras no período (BRASIL, CNE, 2020).

O terceiro e último subsídio para essa análise é a pesquisa “Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil” (INEP, 2020). Seus questionários contemplaram 97,2% das escolas públicas do país, investigando questões como: calendário letivo, suspensão e ajustes em decorrência da pandemia e estratégias junto a professores e estudantes. Os fatores investigados na pesquisa relacionam-se substancialmente ao segundo ponto de recomendação da nota informativa da Unesco, relacionado a continuidade da aprendizagem, e às recomendações dos pareceres do CNE no período.

Teóricos observam o potencial de ressurgimento de um Estado de bem-estar social a partir desta grave crise. Nas palavras de Laura Carvalho (2020), um Estado com potencial de exercer funções de estabilização, investimento, proteção, prestação de serviços e empreendedorismo. Nas de Maringoni (2021):

Se o surgimento da Covid-19 faz parte das condições objetivas da realidade, o seu desenvolvimento, deslocamento e contágio está subordinado – impulsionado ou bloqueado – por condições subjetivas das ações humanas. É aqui que a doença se insere na esfera política e pode criar a necessidade para se alterarem regras estabelecidas anteriormente (2021, p. 31).

Se a crise, e suas aprendizagens, podem mexer de forma tão estrutural nas políticas de forma geral, como se dará isso na educação? O artigo tece relações de forma a destacar aprendizagens da gestão educacional, provenientes de processos formativos desse período, que poderão contribuir para o futuro, com ou sem outras crises similares.

Referências

Abrucio, Fernando Luiz et al. **Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental**. Revista de Administração Pública [online]. 2020, v. 54, n. 4. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-761220200354>>. Epub 28 Ago 2020. ISSN 1982-3134.

BRASIL. CNE. **Parecer 05/2020**, aprovado em 28 de abril de 2020, sobre Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília, DF: 2020e. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 mai. 2021.

BRASIL. CNE (b). **Parecer 19/2020**, aprovado em 8 de dezembro de 2020, sobre Reexame do Parecer CNE/CP nº 15, de 6 de outubro de 2020. Brasília, DF: 2020s. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167131-pcp019-20&category_slug=dezembro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17 jan. 2021.

CARVALHO, Laura. **Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado**. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2020, 144 p.

INEP. **Apresentação da pesquisa** - Resultados do Questionário: Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2020/apresentacao_pesquisa_covid19_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 18 fev. 2022.

MARINGONI, Gilberto (org.). **A Volta do Estado Planejador: Neoliberalismo em Xequê**. São Paulo: Contracorrente, 2022.

OPAS BRASIL. **OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus.** 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/search/r?keys=oms+declara+emergencia+de+saude+publica+de+importancia+internacional+em+relacao+a+novo+coronavirus+Brasil>. Acesso em: 23 mai. 2021.

UNESCO. **Covid-19 Resposta educacional.** Nota informativa - Setor de Educação, 2020. Disponível em: https://unesdoc.UNESCO.org/ark:/48223/pf0000373275_por?posInSet=1&queryId=f5e77daf-4788-48e3-8d17-8e13b634dfa6. Acesso em: 29 mai. 2021.